



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campesinato e Soberania Alimentar



Agricultura Familiar, Tecnologia e Campesinato: ecos de um debate histórico e sua relação com as políticas públicas

Family Agriculture, Technology and Peasantry: echoes of a historical debate and its relation with public policies

Tema Gerador: Campesinato e Soberania Alimentar

Resumo

Este artigo aborda o debate em torno da especificidade da questão camponesa no quadro dos debates da questão agrária atual. Para isso, retoma, de forma sumária, as concepções em torno da modernização tecnológica da agricultura, incluindo a visão dos teóricos da economia neoclássica, dos marxistas agrários clássicos e, por fim, a contribuição dos estudos pioneiros de Alexander Chayanov sobre o tema. Em um segundo momento, à luz das concepções teóricas abordadas apresenta-se os desdobramentos no quadro de debates (e, por conseguinte, na orientação da prática política dos atores sociais) da questão agrária no Brasil. Por fim, sustenta-se que, enquanto a noção de campesinato remete a um conceito mais político, de classe social, a noção de agricultura familiar é mais operativa, no sentido de definir tipologias que orientam a elaboração de políticas públicas, e discute algumas implicações desse debate do ponto de vista dos modelos tecnológicos na construção de estilos de agricultura diversos dos inspirados na concepção hegemônica.

Palavras-chave: agricultura familiar; tecnologia; campesinato

Abstract

This article discusses the debate about the specificity of the question on peasant framework of discussions of the agrarian question today. For this reason, resumes the ideas around the technological modernization of agriculture, including the vision of economic theorists, neoclassical of the Marxists classic survey and, finally, the contribution of pioneering studies of Alexander Chayanov about the theme. At a second moment, in the light of the theoretical concepts addressed is the unfolding in the context of debates (and, therefore, the orientation of the political practice of social actors) of the agrarian question in Brazil. Finally, it is submitted that, while the concept of peasantry refers to a concept of political, social class, the notion of family farming is more active, in order to define typologies that guide the elaboration of public policies, and discuss some implications of this debate from the point of view of technological models in building styles of agriculture many of the inspired by the hegemonic conception.

Key-words: Family agriculture, technology, peasantry

1. As concepções sobre a modernização tecnológica na agricultura

O debate em torno das concepções sobre a modernização da agricultura e, em decorrência destas, sobre o destino histórico do campesinato (leia-se agricultores familiares), já dura pelo menos um século. Inobstante, o campesinato continua existindo, desafiando as teorias que previam seu desaparecimento. A visão amplamente dominante na análise da modernização da agricultura tem por pressuposto a inevitável as-



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campesinato e Soberania Alimentar



sociação entre progresso técnico na indústria e a correspondente industrialização da agricultura. Essa visão corresponde tanto à interpretação neoclássica quanto à dos autores da vertente marxista.

Entre os defensores da corrente neoclássica destaca-se Theodor W. Schultz. A tese de SCHULTZ (1965) era que em geral os camponeses combinavam de forma racional os fatores de produção. A única maneira de aumentar a eficiência produtiva na agricultura seria, portanto, através do aporte de fatores externos, substituindo os “insumos tradicionais” por “insumos modernos”, oferecidos a custos baixos ao agricultor através de créditos subsidiados, acompanhados de assistência técnica. Nesta perspectiva, a adoção das novas tecnologias permitiria, por si só, a elevação da renda dos agricultores, através do aumento da produção e da produtividade

Pode-se afirmar, em síntese, que a concepção modernizante no pensamento neoclássico baseia-se na ideia de que o desenvolvimento econômico e o bem-estar social resultam sobretudo da capacidade da agricultura transformar sua base técnica, no sentido de incorporar cada vez mais insumos modernos (fertilizantes industriais, agrotóxicos, sementes híbridas, raças animais geneticamente melhoradas).

Do lado da corrente marxista, constata-se a relativa pequena importância dada por Marx, em toda a sua intensa produção intelectual, ao campesinato, a qual pode ser atribuída ao fato deste considerá-lo como uma categoria fatalmente destinada ao desaparecimento, pela evolução histórica das contradições do sistema capitalista. A análise implacável que fez sobre o papel político dos camponeses na ascensão de Luís Bonaparte na França, que representou o retorno da burguesia ao poder, levou Marx a compará-los a um saco de batatas, no sentido de não constituírem uma classe social, deixando-se manipular por interesses de outros grupos: *A grande massa da nação francesa é, assim, fornada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas. (...) Não podem representar-se, têm de ser representados.* (MARX, 2003).

Alguns autores, como ABRAMOVAY (1992) chegam a afirmar que não há espaço para o campesinato na teoria marxista. Para MARX (1985), a principal questão que a agricultura colocava era o problema da **renda da terra**, vista como um obstáculo para o pleno desenvolvimento capitalista no campo, em função do monopólio da terra pelos grandes proprietários. A forma de o capital enfrentar o monopólio da propriedade da terra seria através do progresso tecnológico representado pela industrialização da agricultura. Assim, as formulações teóricas produzidas pelos principais herdeiros da tradição marxista no início do século XX, sustentam que o desenvolvimento máximo



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campesinato e Soberania Alimentar



das forças produtivas na agricultura ocorreria pela incorporação crescente de insumos modernos, provocando a inevitável diferenciação social e proletarização do campesinato (LENIN: 1974), com base na superioridade da produção em grande escala comparativamente à pequena escala (KAUTSKI: 1986).

Mais recentemente, correntes de interpretação alternativas à visão da agricultura como “industrialização da natureza”, ganharam alento a partir da releitura do agrônomo russo Alexander Chayanov, cujo legado principal foi o estudo da especificidade da economia camponesa. Para CHAYANOV (1974), as unidades de produção camponesas não podem ser entendidas tão somente a partir das leis gerais que regem as relações de produção e acumulação em uma sociedade capitalista. É necessário, sustenta ele, buscar uma outra racionalidade, baseada num balanço entre trabalho e consumo. A abordagem de Chayanov, portanto, abre todo um campo de estudo para analisar e compreender as unidades de produção cuja utilização da mão-de-obra (ponto chave para sua caracterização), seja essencialmente familiar.

Já na perspectiva dos marxistas agrários clássicos, o problema fundamental não residiria na natureza em si das tecnologias introduzidas pela modernização, mas na desigual apropriação dos benefícios por ela gerados. Não por acaso o padrão tecnológico na agricultura implantado nos países socialista seguiu, em essência, o modelo adotado nos países capitalistas ocidentais, isto é, foi baseado em uma concepção de desenvolvimento máximo das forças produtivas, sem questionar a natureza das tecnologias geradas e a finitude dos recursos naturais.

No caso brasileiro, o padrão produtivo que se estabeleceu na agricultura seguiu a visão modernizante neoclássica, defendida por SCHULTZ (1965) e outros, sendo chamado de *modernização conservadora* (GRAZIANO NETO, 1986), pelo fato de alterar a base tecnológica produtiva, sem modificar a estrutura agrária vigente.

Uma questão pertinente a propósito da natureza das tecnologias e da visão de agricultura é se, diante de uma postura dominadora do homem em relação ao meio circundante, com uma abordagem positivista das ciências agrônômicas, é realmente possível superar o padrão “químico-reducionista” da agricultura. Como já afirmava SCHUMACHER (1983) em *O negócio é ser pequeno*, “o homem moderno não se experiencia como parte da natureza, mas como uma força exterior destinada a dominá-la e a conquistá-la. Ele fala mesmo de uma batalha contra a natureza, esquecendo que, se ganhar a batalha, estará do lado perdedor.” ALMEIDA JÚNIOR (1995) discute essa



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campesinato e Soberania Alimentar



questão de maneira original, ao refletir sobre *como as plantas passaram a ser entendidas como máquinas químicas por um lado e como mercadoria por outro*, trazendo profundas implicações nas interações entre o homem e a natureza.

2. Campesinato, agricultura familiar e políticas públicas

A ideia de uma economia camponesa entendida como um esquema autárquico, que se mantém à margem do mercado capitalista, não encontra mais sustentação na realidade. Se no tempo em que Chayanov estudou a produção camponesa, na Rússia do início do século passado, que estava então ainda saindo do sistema feudal em suas relações sociais e de produção, hoje, no Brasil do século 21, não se pode mais pensar no campesinato como uma categoria social “pura” no cenário rural, nem desconsiderar que a produção insere-se nas relações de mercado e do sistema capitalista vigente. Veja-se o caso da produção de fumo. Os fumicultores estão integrados, de forma verticalizada, em um comércio altamente globalizado, cujos preços dependem de variáveis que estão muito distantes do local de produção. O mesmo pode ser dito de produtos, que mesmo produzidos em regiões típicas de minifúndio, têm uma parcela da produção, por menor que seja, voltada para o mercado (local, regional ou nacional). Isso não diminui, pelo contrário, a importância de experiências voltadas para o comércio justo, a economia solidária, o cooperativismo e outras, mas mesmo essas iniciativas estão limitadas nos marcos do sistema capitalista vigente. Em outras palavras, a questão de fundo está no modelo tecnológico subjacente à promoção dessas políticas. O viés produtivista é insuficiente para dar conta dessa diversidade. Nesse sentido, é importante reconhecer a existência de um conjunto de rendas não monetárias no meio rural, mas que são essenciais para a segurança alimentar e a melhoria da qualidade de vida das famílias. Da mesma forma, exerce um papel crescente serviços ecossistêmicos produzidos no meio rural, que não podem ser medidos por variáveis produtivas, como ocorre com a “produção” de água, de ar, a manutenção do solo e da biodiversidade, cujos benefícios são de interesse de toda a sociedade.

Do ponto de vista da operacionalização de políticas públicas, ainda que admitamos a existência de problemas com o conceito de agricultura familiar, devemos reconhecer que existem critérios claros e objetivos de enquadramento, definidos por lei, que remetem ao tamanho máximo da área de terra (até 4 módulos, variáveis por região do estado), relação de uso (admitindo-se posseiros, meeiros, etc) com a terra, limite de renda, uso de mão-de-obra familiar. Já no caso da agricultura camponesa, quais critérios usar? Não poderíamos considerar a propriedade ou não da terra como um critério distintivo entre o “camponês” e o “agricultor familiar” sem incorrer em erro (e, no caso



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campeinato e Soberania Alimentar



de admitirmos que o camponês seja também o proprietário da terra, o que parece mais lógico – independente da posse ser de direito ou de fato, qual seria o tamanho da área?) Qual o limite da renda? O tipo de atividade produtiva desenvolvida poderia ser uma variável? Nesse caso, o que fazer com os quase cem mil produtores de fumo no estado, por exemplo, em sua quase totalidade pequenos agricultores? O pertencimento a determinada organização ou movimento social poderia ser um parâmetro definidor desse público? Nesse último caso, estaríamos diante de um critério político-organizativo essencialmente excludente, uma vez que não contemplaria a grande maioria dos mais pobres do campo, os sem terra, sem organização, sem acesso às principais políticas públicas, os sem-sem. A distinção mais nítida, aparentemente, seria entre aqueles agricultores que empregam e os que não empregam mão-de-obra, mesmo que de forma temporária. Mas mesmo essa linha divisória é frágil, num mundo cada vez mais complexo em que muitas vezes o trabalho rural e o urbano se confundem ou se fundem, e em que a figura do agricultor em tempo parcial aparece com bastante frequência. Sabemos que a venda de mão-de-obra por parte de uma parcela significativa de agricultores, inclusive de assentados da reforma agrária, é bastante comum.

Mais do que ofertar crédito, subsidiado ou não, as políticas públicas devem estimular e apoiar a produção de subsistência, o resgate e a preservação da agrobiodiversidade (na qual as sementes ocupam um papel fundamental), e a ampliação do grau de autonomia e de empoderamento dos agricultores. Em outras palavras, o problema reside mais na concepção e nos formatos tecnológicos que são trabalhados via essas políticas, frequentemente em forma de pacotes, do que no recorte para uma categoria de camponês. Nesse sentido, um debate profundo sobre o crédito, suas finalidades, forma de uso, direcionamento, etc constitui-se uma pauta conjunta importante para as organizações sociais, da assistência técnica e dos agentes de políticas públicas, considerando que muitas vezes o crédito é visto como um fim em si, voltado para o financiamento de atividades que reforçam o modelo de monocultura e de dependência de insumos externos, fragilizando ainda mais a segurança e soberania alimentar e comprometendo a agrobiodiversidade. Isso significa apoiar e estimular estilos de agricultura e sistemas produtivos mais diversos e integrados. Também não dispensam o desenvolvimento científico e tecnológico; não representam, portanto, um “retorno ao passado”, muito embora encontrem em formas tradicionais de agricultura um ponto de partida fundamental.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campesinato e Soberania Alimentar



3. Considerações finais

A questão que se coloca, a partir do debate sobre as concepções de modernização da agricultura, é até que ponto pode-se realmente atingir uma concepção diferente de agricultura sem um correspondente questionamento da concepção de ciência e de agronomia que produziu o padrão moderno de agricultura. Para alguns autores, a crise ecológica é no fundo a própria crise do processo civilizatório. Diante dessa crise, o movimento ecológico assumiu um status que ultrapassou o estágio da contestação contra a extinção de espécies ou a favor da proteção ambiental, para transformar-se numa crítica radical do modelo de sociedade e do tipo de civilização que construímos.

Ao assumir a postura de separação entre a natureza e a sociedade, o pesquisador ou técnico não está isento das implicações práticas daí decorrentes. Diante disso, é fundamental buscar novas abordagens para os problemas agrários, que reconheçam na diversidade cultural um componente insubstituível, e que partam de uma concepção inclusiva do homem no meio ambiente.

Ainda que se reconheça a existência de uma categoria social que possa ser reunida sob a denominação de camponesa, existe uma enorme diversidade e complexidade de públicos que dificulta reconhecer claramente o campesinato. Por não existirem, pelo menos do ponto de vista operativo das políticas públicas, critérios objetivos de definição da categoria social que compreende o campesinato e, portanto, de identificação do público potencialmente beneficiário dessas políticas, o esforço de formulação de propostas para atender esse público, deveria concentrar-se com base nos critérios hoje existentes e amplamente aceitos de agricultura familiar, mas com um foco diferente do predominante na orientação do crédito agrícola, especialmente o operado via custeio, levando em conta as especificidades dos diferentes públicos.

Nesta perspectiva, as políticas agrícolas voltadas à promoção de estilos alternativos de agricultura, não devem ser vistas sob a ótica produtivista ou de 'subsídios injustificáveis', mas assumem um caráter de "acúmulo de experiências" que desempenha um papel fundamental na promoção de uma agricultura mais parcimoniosa no uso de recursos naturais e socialmente mais justa.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: HUCITEC – AMPOCS – UNICAMP: 1992. 275 p.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 6

Campeinato e Soberania Alimentar



ALMEIDA Jr., A R. de. **A Planta Desfigurada** - crítica das representações como máquina e como mercadoria. Depto. de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: 1995. 175 p. (Tese de Doutorado).

BOFF, L. **Princípio-Terra** - a volta à Terra como pátria comum. SP: Ática, 1995. 80 p.

CHAYANOV, A.V. **La organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. 340 p.

GRAZIANO NETO, F. **Questão Agrária e Ecologia** – Crítica da Moderna Agricultura. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 156 p.

KAUTSKI, K. **A questão agrária**. Portugal: Portulense Editora, 1972. Vol. 1 e 2. 379 p. 1986.

LÊNIN, V.I. **El Desarrollo del capitalismo en Rusia**. Barcelona: Ariel, 1974. 739 p.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Difel, 1985, Vol. 1, 582 p.

MARX, Karl. O 18 brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Centauro, 2003

SCHULTZ, T. W. **A Transformação da Agricultura Tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965, 206 p.

SHUMACHER, E. F. **O Negócio é ser Pequeno** (Small is Beautiful). 4. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 261 p.